A teoria geopolítica meridionalista de André Martin

Edu Silvestre de Albuquerque[1]

Resumo
A teoria meridionalista do professor brasileiro André Martin não é somente uma projeção imaginada de poder geopolítico, mas um modelo explicativo dos limites e possibilidades descortinadas pelo Brasil e países do Hemisfério Sul no sistema internacional. O meridionalismo representa a terceira teoria geopolítica da contemporaneidade ao negar, simultaneamente, a teoria atlantista e a teoria eurasiana. Geograficamente, o Hemisfério Sul representa o encurtamento das distâncias e, consequentemente, custos de transporte menores, entre os países localizados nesta zona. Politicamente, o meridionalismo manifesta a vontade de alcançar os padrões de desenvolvimento tecnológico e social do Norte, o que pode ser alcançado mediante a cooperação Sul-Sul e com tecnologias adaptadas às necessidades físicas (ambiente tropical e marítimo) e sociais (menor poder aquisitivo da população) dos países da região, alcançando a superação da dependência tecnológica. Finalmente, o meridionalismo faz parte da história brasileira desde os tempos coloniais - as relações comerciais triangulares entre Lisboa-África-Brasil -, e projeta-se ao tempo presente na forma de integração sul-americana e latino-americana, na constituição do IBAS, na reaproximação dos países africanos, etc.
Palavras-Chave: Meridionalismo; Brasil; Teorias Geopolíticas.

La teoría geopolítica meridionalista de Andre Martin

Resumen
La teoría meridionalista del profesor brasileño Andre Martin no es sólo una proyección imaginaria de poder geopolítico, sino un modelo explicativo de los límites y posibilidades de Brasil y los países del Hemisferio Sur en el sistema internacional. El meridionalismo es la tercera teoría geopolítica contemporánea al negar la teoría Eurasiana y Atlanticista. Geograficamente, el Hemisferio Sur es el acortamiento de la distancia, y por lo tanto, reducir los costos de transporte entre los países ubicados en esta área. Políticamente, el meridionalismo expresa la voluntad de tener los niveles de desarrollo tecnológico y social del Norte, lo cual puede lograrse mediante la cooperación Sur-Sur y las tecnologías adaptadas a las necesidades físicas (medio ambiente tropical y marino) y sociales (menor poder adquisitivo de población) de los países de la región, el aumento de la capacidad de recuperación de la dependencia tecnológica. Por último, lo meridionalismo esta presente en la historia de Brasil desde la época colonial - el comercio triangular entre Lisboa-África-Brasil - y hoy en día en la forma de integración sudamericana y latinoamericana, el establecimiento de IBAS, el acercamiento de los países africanos…
Palabras clave: Meridionalismo; Brasil; Teorías Geopolíticas.

[1] Doutor em Geografia e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: edusilvestre@ufrnet.br

Introdução

A validade social de uma teoria geopolítica reside, primeiro, em seu diálogo com a realidade geográfica do sistema internacional; segundo, na capacidade de estabelecer uma linha de sentido para eventos passados da política externa e que possa orientar a diplomacia futura.

A teoria geopolítica meridionalista define de forma coerente a inserção global das nações do Hemisfério Sul, destacando as características da geografia regional hemisférica e os movimentos da política externa de seus polos mais proeminentes. O meridionalismo reivindica ainda uma redistribuição do poder mundial em favor dos povos do Sul, preconizando a necessidade de superação dos obstáculos geográficos ao desenvolvimento hemisférico que se manifesta no atraso do nível de desenvolvimento das tecnologias tropicais, no maior custo dos fretes marítimos decorrentes das maiores distâncias geográficas entre as nações do hemisfério, na falta de integração nacional e regional das infraestruturas de transportes, energia e comunicações. Em contrapartida, o meridionalismo procura incentivar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias mais adequadas às condições climáticas locais (calor, umidade, maresia) e de custos intermediários, de forma a atender a mercados hoje não plenamente atendidos pelas multinacionais do Hemisfério Norte, caso dos setores agrícola, automotivo, químico-farmacêutico, eletroeletrônico, etc.

O objetivo deste artigo é disponibilizar ao público brasileiro interessado em assuntos geopolíticos a perspectiva teórica meridionalista. A metodologia consiste na leitura de textos do professor A. Martin, na transcrição de palestras que acompanhei presencialmente em eventos acadêmicos (em Manaus e João Pessoa), de palestras e entrevistas disponibilizadas na internet, além de diversas consultas realizadas ao referido professor.

Na primeira parte deste artigo, apresentamos a definição conceitual da geoideologia meridionalista, conforme as formulações do geógrafo brasileiro Dr. André Roberto Martin, livre-docente da Universidade de São Paulo, e que influenciou o cientista político sérvio Dr. Dejan Mihailovic Nikolajevic, do Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey, México. No momento seguinte, descortinamos alguns eventos históricos que podem ser interpretados no contexto da teoria do meridionalismo, particularmente considerando a inserção global brasileira.

O conceito de meridionalismo

O meridionalismo reflete a condição da situação geográfica da maritimidade e da australidade, expressas na confluência dos Três Grandes Oceanos. Assim, enquanto o Hemisfério Norte é eminentemente domínio do poder terrestre, restrito a apenas duas bacias oceânicas e, ainda, dividido pelo Ártico, no Hemisfério Sul convergem todas as bacias oceânicas[2].

O professor André Martin caracteriza as terras do Hemisfério Sul como dispersas, mas um fator que pode ser contrabalançado pelas linhas de comunicação marítimas. Ele aponta ainda a existência de fundos territoriais [o que indica zonas fracamente povoadas] e a influência de climas quentes e úmidos, elementos propícios ao desenvolvimento agropecuário. Ao contrário, o Hemisfério Norte apresenta-se denso, frio e populoso.

Se opondo ao pensamento do diplomata e geógrafo britânico Halford Mackinder que afirmava o caráter inexpugnável das terras centrais planas da Eurásia, André Martin afirma que o Hemisfério Norte é algo menos defensável justamente em razão da maior facilidade das comunicações terrestres[3].

O meridionalimo se faz presente, portanto, em todo o planejamento da inserção global dos Estados nacionais do hemisfério, englobando desde as geoestratégias de defesa ao comércio marítimo internacional, aspectos que se interligam na organização dos transportes de cada nação e bloco regional[4].

Com efeito, enquanto todas as atuais potências globais estão no Hemisfério Norte (EUA, Japão, China, Rússia, França e Inglaterra), o Hemisfério Sul detém uma pequena parcela do poder mundial[5], daí André Martin lembrar a contínua emergência da "questão meridional". A questão meridional deriva dos déficits de capitais, tecnologias e de poder das nações do Sul, e remonta aos tempos do colonialismo europeu para projetar-se até nossos dias.

A primeira manifestação internacional da "questão meridional" pode ser situada na luta pela emancipação política dos povos sul-americanos e africanos. Durante a Guerra

---

2 A Antártida também obstaculiza bem menos o comércio internacional que o Ártico, pois se novas rotas árticas se abrem em razão do degelo, a Antártida dificulta a passagem apenas na sua proximidade da América do Sul.

3 MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History.**The Geographical Journal,** v. 23, n. 4, April 1904, pp. 421-437. Versão em língua portuguesa em MACKINDER, Halford J. O Pivô Geográfico da História. **Revista de Geopolítica**. Natal, v. 2, n. 2, 2011. Trad. de Thiago A. Coloda e Bianca de Andrade. Embora sejam os países do Sul quem raramente tenham logrado êxito em impedir as investidas militares das potências setentrionais, o geopolítico brasileiro acredita que a vantagem da situação geográfica marítima é favorável à organização da defesa do Hemisfério Sul.

Fria, a "questão meridional" aflora na proposta do bloco de países não-alinhados[6]. Atualmente, traduz-se na Cooperação Sul-Sul e na forma de acordos coletivos (IBAS) e parcerias bilaterais em setores específicos (Brasil-Índia no setor farmacêutico, Brasil-África do Sul no setor militar, etc.).

A "questão meridional" à escala internacional reemerge também das ações recolonizadoras das potências do Norte, notadamente Estados Unidos e aliados da Europa Ocidental, como demonstram as intervenções militares recentes de membros da OTAN no "Núcleo Não-Integrado", segundo conceito elaborado pelo geopolítico norte-americano Thomas Barnett durante o governo de Obama.

O geopolítico sérvio Dejan Mihailovic (2008) vincula o intervencionismo militar das potências setentrionais ao contexto da segurança energética de suas matrizes produtivas, numa posição análoga aquela já manifestada pelo geógrafo David Harvey (2004). Do ponto de vista da dimensão estratégica, prossegue o autor, não existe uma unidade espacial global, mas um mundo regionalizado e hierarquizado, que assim estabelece novo conteúdo ao meridionalismo:

> *Comúnmente, se entiende por una región a las configuraciones geográficas relativamente estables que, a su vez, permiten la creación de economías regionales capaces de conseguir durante un tiempo cierto grado de coherencia estructural en la producción. Hay dos tipos de región: 1) regiones geoestratégicas, de ámbito global y, 2) regiones geopolíticas de ámbito regional. Las primeras se definen funcionalmente y son la expresión de las interrelaciones existentes entre una gran parte del mundo. Las segundas son las subdivisiones de las anteriores y tienden a ser relativamente homogéneas cultural, económica o políticamente*. (MIHAILOVIC, 2008, p. 12).

Para Mahailovic (2008), o "novo meridionalismo" não se restringe a um conceito estritamente espacial (a situação geográfica de seus integrantes), senão é fenômeno recente que apresenta elementos ideológicos, culturais e civilizacionais diferenciados. O

[4] Conforme expressa o documento Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008), o país realiza cerca de 95% de seu comércio exterior pelo Atlântico Sul, e com a descoberta das reservas de petróleo do Pré-Sal começa a preocupar-se com questões de segurança e defesa de modo conjunto com os países lindeiros desse oceano.

[5] Conferência do professor André Roberto Martin no Seminário Estratégias de Defesa Nacional, promovido pelo Congresso Nacional, em 27 de novembro de 2012.

[6] Na regionalização de André Martin, não fosse a ausência da China - um país inserido no Pacífico Norte como lembrava a geógrafa Therezinha de Castro nos anos 50 -, e as fronteiras do novo meridionalismo seriam basicamente aquelas do Terceiro Mundo. Martin (1993, p. 112) cita o alinhamento da China às demais potências setentrionais no âmbito do Conselho de Segurança da ONU no episódio da Primeira Guerra do Golfo Pérsico, "abandonando seu tradicional discurso de defesa do Terceiro Mundo".

autor exemplifica com as ações em bloco do G-20 junto à OMC, pleiteando o fim dos subsídios agrícolas dos países centrais, e ainda as demandas dos países subdesenvolvidos em torno da quebra de patentes no setor farmacêutico.

Em texto seminal publicado do livro *Globalização e espaço latino-americano*, de 1993, o geopolítico André Martin já destacava o caráter relativo (e não somente geográfico) do novo meridionalismo, produto do fim da Guerra Fria e do retorno do multipolarismo. Desde então, a polarização ideológica e militar Leste/Oeste é substituída pela polarização econômica e política Norte/Sul:

> [...]o hemisfério meridional (como) um imenso campo de manobra para o estabelecimento de "zonas de influência" dos detentores do poder mundial. É precisamente essa fragilidade que não é exclusivamente econômica ou militar, mas sobretudo política e diplomática, segundo nossa concepção, a condição de "meridionalidade". Ela incide, portanto, preferencialmente no âmbito da política, isto é, das relações de poder. (MARTIN, 1993, p. 113).

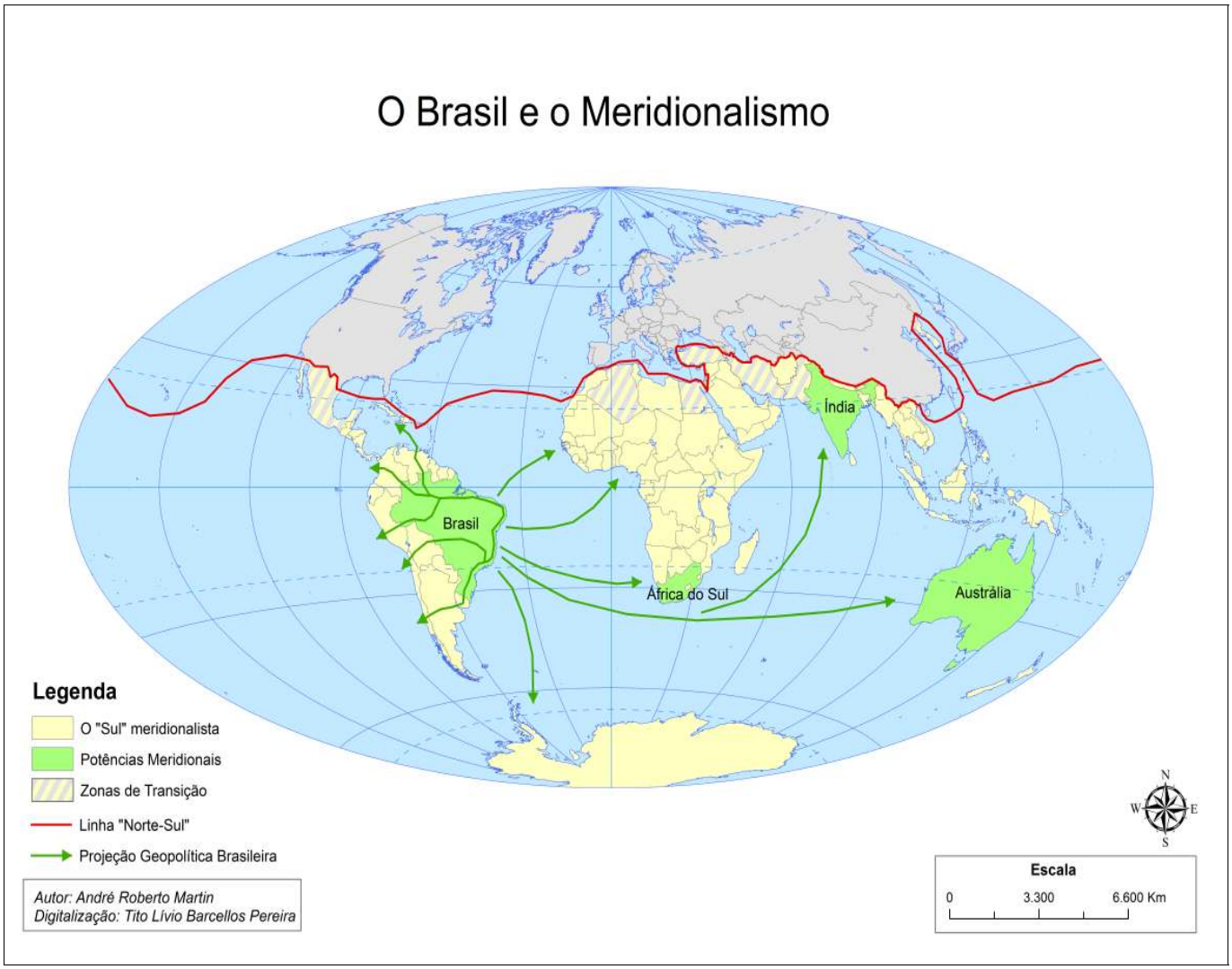
Em síntese, a "questão meridional" é produto do déficit de poder mundial das nações do Hemisfério Sul, que na situação histórica posta não tem hoje condições de definir seu destino de dentro para fora:

> Quando a França, por exemplo, executa seus experimentos nucleares submarinos no Atol de Mururoa, de nada adiantam as reclamações de australianos e neo-zelandeses, pois, embora países de alto padrão de vida, não dispõem de poder militar ou diplomático suficiente para persuadir os governantes e militares franceses a suspender seus testes. (MARTIN, 1993, p. 113).

Ao mesmo tempo, tampouco o mundo de fora para dentro poderá resolver os grandes problemas contemporâneos sem o concurso autônomo das nações meridionais, acredita André Martin.

Nessa perspectiva relativista da "questão meridional", um país como a Ucrânia apresentaria uma situação comum às nações meridionalistas, apesar de sua localização no coração do Hemisfério Norte. Entretanto, apesar dos ajustes e eventuais imprecisões da linha de cisão hemisférica (Ver Figura 1), André Martin (1993) destaca que não se deve esquecer o condicionamento propriamente geográfico do meridionalismo, que afinal abrange a maioria dos países que apresentam uma "questão meridional" internacional a ser equacionada.

FIGURA 1



Os *players* do meridionalismo

Na proposta do professor André Martin, os principais polos do meridionalismo - Brasil, Índia, África do Sul e Austrália - reúnem características simultaneamente continentais (economias mais autárquicas, agrícolas e extrativistas) e marítimas (economias mais abertas), daí que classificá-los como poderes anfíbios seria algo mais preciso, isto é, países que podem desenvolver simultaneamente suas capacidades

terrestres e marítimas[7].

Em entrevista à *Revista Geografia*, publicação da Editora Escala, André Martin vai reafirmar a necessidade de um bloco diplomático meridionalista:

> A "pérfida Albion" (apelido dado na era do imperialismo à Inglaterra) tudo fazia no intuito de "dividir para dominar" o planeta e em particular o Hemisfério Sul. Cabe ao Brasil, me parece, o papel de "unir para libertar" precisamente esse hemisfério, vítima do colonialismo. América Latina, Ásia, África e Oceania ainda apresentam resquícios daquele período e, não possuindo inimigos, vejo o Brasil em ótimas condições para "costurar" um bloco diplomático muito amplo, como é a minha ideia do "meridionalismo"[8].

Com efeito, o projeto de globalização em curso afirma a tendência de reprimarização das exportações brasileiras e das demais nações meridionalistas, daí que urge a retomada do desenvolvimentismo agora atrelado à perspectiva meridionalista, como advoga Martin. Esse espaço diplomático para uma hegemonia benevolente brasileira[9] envolveria o desenvolvimento de parcerias estratégicas em tecnologias intermediárias, capazes de libertar essa vasta região da dependência tecnológica e financeira do Hemisfério Norte:

► a abundância de reservas de urânio no Hemisfério Sul contrasta com o pequeno investimento em centrais nucleares;

► a riqueza em biodiversidade do Hemisfério Sul abre possibilidades ao desenvolvimento de produtos químicos e farmacêuticos;

► a limitação das redes ferroviárias nos países meridionais pode ser compensada com o desenvolvimento de trens de velocidades médias, mas de menor custo que os TGVs europeus e japoneses.

---

7 Entrevista do prof. André Roberto Martin ao Programa Conectado com Dídimo Matos, em 14 de abril de 2013. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=1hQr21W56M4. Acesso em 02 de outubro de 2013.

8 Disponível em http://conhecimentopratico.uol.com.br/geografia/mapas-demografia/25/artigo133508-2.asp. Acesso em 03 de outubro de 2013.

9 O conceito de hegemonia benevolente pode ser melhor compreendido com a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), de Robert Gilpin (2004), que afirma a necessidade da hegemonia de determinados Estados para assegurar o equilíbrio do sistema internacional, já que é o "estabilizador" quem produz normas e bens públicos internacionais e oferta segurança para o comércio internacional. Embora tenha sido formulado para justificar o projeto de hegemonia estadunidense, defendemos que pode ser transladado ao grupo de países meridionais com potencial de realização de projetos de infraestrutura comuns a seu entorno geográfico estratégico. O caso da IIRSA no âmbito da América do Sul é ilustrativo desta situação.

A articulação do bloco meridionalista poderia ainda auxiliar as próprias potências do Hemisfério Norte, ao equacionar graves problemas globais como tráfico de drogas, degradação do meio ambiente e dívida externa (MARTIN, 1993). Com efeito, a retomada do desenvolvimento econômico das nações meridionais pode fornecer uma alternativa social ao tráfico de drogas, bem como representar uma solução para o excedente de capitais do Hemisfério Norte.

A herança marítima e meridional na história brasileira

O geopolítico Eli Alves Penha (2011, p. 25), na obra *Relações Brasil – África e geopolítica do Atlântico Sul,* destaca que a primeira estratégia marítima efetivamente global ocorre no reinado do português D. Dinis (1279-1325), e se consolida com o Infante Don Henrique, no primeiro quartel do século XV: "*Portugal daria início às grandes expedições exploratórias, cuja meta era constituir uma rota oceânica das especiarias, como alternativa à rota terrestre então dominada pelos turcos otomanos, considerados hostis aos interesses comerciais europeus*". Com efeito, enquanto D. Dinis abre academias voltadas ao estudo marítimo, transformando homens do campo em competentes marinheiros, e constitui uma marinha costeira para proteger estuários e costas das incursões dos mouros, D. Henrique aposta nas caravelas e galeras para a navegação à grandes distâncias, que finalmente permitem o descobrimento da almejada rota marítima para as Índias.

O poder marítimo lusitano se evidencia na decisiva batalha naval de Diu (1509), pela conquista da Índia, e a marinha portuguesa realiza os primeiros grandes desembarques anfíbios da história durante a conquista dos estreitos (*choke points*) de Ormuz e Málaca. Com o controle de Málaca - e do comércio entre o Golfo de Bengala e o Mar da China -, Portugal vai cravar uma importante base no Cantão, representando a tentativa de subjugação do Império do Meio. Essa onipresença mundial portuguesa era ainda completada pelo controle de Ceuta - a chave para o Mediterrâneo -, do Cabo da Boa Esperança - passagem obrigatória no Caminho das Índias -, e do Estreito de Magalhães - passagem marítima do Atlântico ao Pacífico.

No campo comercial, os portugueses estabeleceram uma série de postos comerciais e militares nas faixas litorâneas das Américas, África e Ásia, representando a primeira rede comercial efetivamente globalizada da história mundial. O império ultramarino português assentava-se em posições estratégicas nas linhas costeiras do

Hemisfério Sul, englobando colônias e enclaves às margens do Atlântico Sul e Índico. O professor André Martin também situa Portugal como primeiro império formado no Hemisfério Sul, ainda que sua metrópole tenha permanecido a maior parte do tempo nas terras setentrionais. Para Martin, a própria formação territorial lusitana havia sido compelida para o sul da península Ibérica, uma vez que o expansionismo pelo continente europeu estava originalmente bloqueado pelos mouros.

O século XVII assinala a inflexão da política marítima portuguesa; expulsos pelos holandeses das estratégicas bases de Java, Sumatra e Málaca, e acuados na América do Sul (Brasil) e África (Angola), os portugueses decidem centrar seus esforços no Atlântico Sul, graças ao apoio logístico de um cordão de ilhas estrategicamente situadas ao longo do Atlântico: as posses mais antigas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, e os domínios mais recentes das ilhas de Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena, além do arquipélago de Cabo Verde[10].

Em razão do auspicioso negócio do tráfico humano, a proximidade geográfica sul-atlântica cedo repercute nas relações inter-coloniais entre Brasil e África. Aliás, a formação do Império Brasileiro herda essa embrionária política externa africanista, bem como manifesta a continuidade da política expansionista portuguesa na forma de intervencionismo político na Bacia Platina (ANDRADE, 2001), de forma que em plena República Velha ainda anexávamos áreas territoriais dos vizinhos (Questão do Acre).

Entretanto, é apenas com a aceleração do processo de industrialização do país a partir dos anos 1950-60, que pela primeira vez na história brasileira se executa uma política de projeção de poder para além da esfera sul-americana, elegendo-se a África e o Oriente Médio como prioridades para uma "diplomacia comercial". Essa política externa baseada nos vetores geopolíticos do tropicalismo e do meridionalismo visava gerar alternativas políticas ao esgotamento do mercado interno e à crescente dificuldade de acesso aos mercados do Hemisfério Norte (SILVA, 2004).

Assim, a política comercial brasileira é acompanhada da abertura de diversas embaixadas na África Subsaariana durante o regime militar. Entretanto, a autonomia da política externa nesse período não se fazia à revelia dos interesses ocidentais, de modo que o geopolítico e general Golbery do Couto e Silva argumentava que caberia ao Brasil assumir as funções dos Estados Unidos na defesa do Atlântico Sul contra as ameaças do

[10] Esse caminho oceânico fora fundamental na Conquista das Índias, e depois na colonização das terras brasileiras, sempre a partir do litoral: "*Com a vitória contra os batavos (1648 e 1654), Portugal consolida sua posição de Império Marítimo no Atlântico Sul, provocando importantes desdobramentos econômico e estratégico inaugurando, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro (1986), um período de Pax Lusitana de hegemonia marítima e comercial*." (PENHA, 2011, p. 30).

comunismo soviético, bem como defender os interesses de Portugal na África lusófona para deter a "infecção do comunismo" (PENHA, 2011).

Na linha de autonomia relativa, outro geopolítico e general Carlos de Meira Mattos defendia uma aliança entre as marinhas da Argentina, Brasil e África do Sul, ao lado das forças da OTAN, na proposta da *Organização do Tratado do Atlântico Sul* (OTAS). Entretanto, a subordinação da marinha brasileira à estratégia naval atlântica dos Estados Unidos - herança da Segunda Guerra Mundial e do *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (1947) -, impedira o desenvolvimento de nossa "fronteira oriental" do Atlântico Sul.[11]

Ao mesmo tempo, as crescentes dificuldades econômicas dos países africanos nos anos 80 dificultaram as trocas comerciais bilaterais, restritas à fórmula "alimentos por petróleo". No Oriente Médio Expandido, as parcerias promissoras que surgiram com Iraque e Líbia também nos anos 80, foram encerradas em decorrência das sansões econômicas ocidentais contra estes países, que culminaram nos recentes ataques militares promovidos pelos EUA e aliados da OTAN.

Fazendo um balanço deste período, André Martin aponta que a diretriz tropicalista da política externa brasileira representava um modelo conservador de desenvolvimento nacional, articulado ao atlantismo e, consequentemente, limitado espacialmente. O meridionalismo teria, argumenta o autor, a capacidade de fornecer uma base geográfica mais ampla para a retomada da projeção externa brasileira agora de forma mais autônoma e democrática.

Capítulo a parte da inserção internacional brasileira merece a América do Sul, onde o interesse político e comercial brasileiro projeta-se desde o período imperial. Mas a primeira proposta de criação de um bloco político regional foi o *Pacto ABC* (Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem), reunindo as iniciais de Argentina, Brasil e Chile, em 1915, uma tentativa de contrabalançar a influência estadunidense na região e estabelecer um mecanismo de concertação entre os três grandes países do Cone Sul.

Mas a abordagem comercialista brasileira não fez avançar a cooperação nos campos da integração regional sul-americana e da segurança coletiva sul-atlântica. Os

[11] A proposta de criação da OTAS desagradava Angola e Nigéria, que temiam o fortalecimento do poder militar sul-africano e seu regime segregacionista. Pela OTAS, os geopolíticos argentinos pretendiam "o controle, por eles, das ilhas Malvinas para fins de exercerem funções de patrulhas no Estreito de Magalhães e na Passagem de Drake como forma de contrabalançarem a Armada soviética" (PENHA, 2011, p. 180-181). Mas com a Guerra das Malvinas, quando a África do Sul ficou do lado britânico, a "utilização da base naval de Simonstown pela frota britânica contribuiu para negar a ideia de pacto regional nos moldes da OTAS" (PENHA, 2011, p. 183).

alinhamentos com Washington nas duas guerras mundiais e depois na Guerra Fria representaram outro obstáculo ao Pacto ABC; que somente seria questionado com o conflito entre Argentina e Inglaterra pelo controle das Malvinas e ilhas próximas, em 1982, quando os Estados Unidos também escolheram o lado britânico apesar dos compromissos de defesa mútua assinados no âmbito do TIAR.

Os anos 80 também trouxeram o fim dos regimes militares no Cone Sul, desanuviando as tensões geopolíticas (questões de fronteira, corrida por armas nucleares) e permitindo a cooperação brasileiro-argentina na forma de acordos setoriais econômicos, embrião do bloco comercial do Mercosul (Tratado de Assunção, 1991).

A lacuna geoestratégica com o fim do TIAR estimulou o Brasil a propor aos países sul-americanos a formação do bloco político da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), oficializado em 2008; e do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americana), este visando o intercâmbio na área de segurança e defesa e a exploração de sinergias nas indústrias de defesa dos países da região.

Desde 2009 se sucedem encontros de cúpula de governos no âmbito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que tem procurado articular seus interesses políticos em âmbito global e desenvolver parcerias estratégicas. Os críticos internos dos BRICS enfatizam a nova dependência estrutural gerada pelo caráter autárquico da produção industrial chinesa, e os riscos de envolvimento militar do Brasil diante da retomada do *Grande Jogo* entre Rússia e Ocidente.

Ainda que a Rússia tenha estendido aos indianos a possibilidade de parcerias estratégicas na fabricação de aviões de combate avançados, talvez orientada pela desconfiança de ambas em relação ao expansionismo militar chinês, do ponto de vista do meridionalismo de André Martin, o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) seria um bloco mais efetivo ao representar apenas nações efetivamente do Hemisfério Sul, com as mesmas dificuldades de projeção econômica e de poder militar no sistema internacional.

O dilema entre Ocidentalismo e Meridionalismo no projeto conservador brasileiro

O regime militar esperava realizar o projeto do Brasil Potência por volta do ano 2000, conforme livro de Meira Mattos, tal o sentido do esforço industrializante e na pesquisa em energia nuclear com fins militares empreitado no período. Contudo, a inserção econômica global brasileira exigia uma ação diplomática mais ambiciosa, mas o alinhamento ideológico com Washington no contexto da Guerra Fria impedia maior

envolvimento no projeto do terceiro-mundismo[12]. Assim, caminhamos durante o período do regime militar entre o ocidentalismo estadunidense e o terceiro-mundismo quase que restrito à política africanista.

Com efeito, a tropicalidade era o limite da ação diplomática autônoma do Itamaray naquele período. Em seu livro *Geopolítica e Trópicos*, de 1975, o geopolítico e general Carlos de Meira Mattos apresenta a proposta tropicalista como uma inserção internacional brasileira mais ambiciosa que a projeção sul-americana defendida por Mario Travassos, mas em concomitância com a aliança preferencial com Washington, conforme manifestado através da reprodução do pensamento do geopolítico americano e brasilianista Zbigniew Brzezinski:

> Acho que seria útil que Brasil e Estados Unidos realizassem mais consultas bilaterais sobre problemas globais que causam, atualmente grande preocupação. [...]Uma ordem mundial baseada na cooperação inter-relacionada de um maior número de potências talvez seja preferível a bipolaridade confrontacionista dos últimos anos. (citado por MATTOS, 1984, p. 65).

A aspiração de potência global, prossegue Mattos, trazia ao Brasil a responsabilidade da defesa do continente sul-americano e do Atlântico Sul, afinal, a costa africana defronte ao litoral brasileiro era ponto chave para a consecução desses dois elementos da estratégia militar brasileira. A contenção de eventual ameaça vinda do Oeste, onde o fluxo de petróleo do Ocidente estaria ameaçado diretamente com o impedimento da Rota do Cabo, se daria no Atlântico Sul.

Mas a política africanista do regime militar foi alterada tardiamente, pois apenas no governo de Ernesto Geisel nossa diplomacia abandona o apoio ao colonialismo português para votar a favor da independência de Guiné-Bissau e Angola (1974-75), e reconhece oficialmente os governos marxistas de Moçambique e da própria Angola, apesar da manifesta contrariedade de Washington. Sob a prisão ideológica do ocidentalismo, a diplomacia brasileira precisou ser hábil o suficiente para não pôr por terra toda a política de aproximação com os países da África Subsaariana, sobretudo porque o governo não rompeu com o regime segregacionista sul-africano, considerado um aliado regional

[12] Como alternativa ao esquema político da Guerra Fria, emerge a proposta de terceiro-mundismo. O demógrafo francês Aldred Sauvy, formulou o conceito de Terceiro Mundo inspirado no Terceiro Estado da Revolução Francesa, quando burgueses e revolucionários renovaram o sistema político francês. A expressão foi usada oficialmente durante uma reunião de países asiáticos e africanos, em 1955, a Conferência de Bandung (Indonésia).

anticomunista estratégico[13].

Considerações finais

A retomada do desenvolvimentismo industrial brasileiro passa por novos projetos de integração nacional, como a geração de energia por centrais nucleares e as ferrovias transcontinentais sul-americanas. Como diz Martin, a fronteira entre política de desenvolvimento e política externa desapareceu na era dos grandes espaços do sistema-mundo, se é que em algum dia existiu efetivamente.

Conforme recorda André Martin (1993), a via ocidentalista tem sido contraditória com nossa matriz cultural (ameríndia e negra, além de europeia) e com o projeto político da nação brasileira (cujo desenvolvimentismo esbarra no déficit de poder que nos separa do mundo ocidental). Com efeito, a política externa brasileira tem oscilado desde os anos 50-60 entre uma agenda parcialmente meridionalista (regional e tropicalista) e outra ocidentalista, algo que reproduz o padrão verificado nos demais polos regionais do Hemisfério Sul. Destes, talvez a Austrália represente o lado mais ocidentalizado (etnica e politicamente, ainda que cada vez menos geográfica e economicamente) e a Índia a menos ocidentalizada, enquanto que a África do Sul seria a mais próxima da realidade brasileira.

De modo que os mares meridionais representam o destino comum das nações do Sul, a base geográfica e geopolítica de sua unidade diplomática e militar. A garantia dos recursos marítimos das plataformas continentais e da livre-navegação para os navios sob suas bandeiras nacionais representa a materialização dessa geografia comum. A cooperação industrial e a segurança coletiva também devem caminhar juntas para pôr término à dependência tecnológica e militar das nações do Sul diante das potências setentrionais. A geografia é destino, outra vez!

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Papirus, 2001.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa, 2008. Disponível em [http:www.defesa.gov.br]. Acesso em 03 jan 2012.

[13] O paliativo encontrado pelo governo brasileiro foi a condenação do programa nuclear militar daquele país e, juntamente com a Nigéria, a criação da ZOPACAS (), esperando assim manter o Atlântico Sul livre das armas nucleares de soviéticos e norte-americanos, algo meramente retórico quando observamos o cinturão de bases navais anglo-americanas distribuídas pelo Atlântico Sul que são visitadas periodicamente por navios-aeródromos nucleares.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

MARTIN, André Roberto. Qual é o nosso "bloco"? O Brasil procura o seu lugar no mundo. SCARLATO, F.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; ARROYO, M. (Orgs.). **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Trópicos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MIHAILOVIC, Dejan. Geopolítica y orden global: posibilidades para un nuevo meridionalismo. **Razón y Palabra,** Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, México, vol. 13, n. 62, may-jun. 2008. Disponível em: [http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520738002]. Acesso em 22 jun 2012.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Recebido em junho de 2014.
Publicado em agosto de 2014.